



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
CURSO DE ENFERMAGEM**

**GEOVANA CRISTINA VIVAS
LUCAS FRANCYELL ELIAS SANTOS
VIVIANE SOUSA MACEDO**

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO
LGBT NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**INHUMAS - GO
2018**

**GEOVANA CRISTINA VIVAS
LUCAS FRANCYELL ELIAS SANTOS
VIVIANE SOUSA MACEDO**

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO
LGBT NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Professor (a) orientador(a): Ma. Sandra Suely Magalhães

**INHUMAS – GO
2018**

**GEOVANA CRISTINA VIVAS
LUCAS FRANCYELL ELIAS SANTOS
VIVIANE SOUSA MACEDO**

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO
LGBT NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Inhumas (FacMais) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Ma. Sandra Suely Magalhaes
(Orientadora)

Prof^a. Esp. Adriana de Paula Mendonça Brandão
(Membro da banca examinadora)

Prof. Esp. Wesley Rodrigues de Sousa
(Membro da banca examinadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA FACMAIS

V856c

VIVAS, Geovana Cristina.

A contribuição do enfermeiro no acolhimento da população lgbt nos serviços de saúde: uma revisão integrativa/ Geovana Cristina Vivas; Lucas Francnyell Elias Santos; Viviane Sousa Macedo. – Inhumas: FacMais, 2018.

51 f.: il.

Orientadora: Sandra Suely Magalhães.

Monografia (Graduação em Enfermagem) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Identidade de gênero. 2. Violência. 3. Discriminação. 4. Serviços de Saúde. 5. Enfermagem. I. Título.

CDU: 616-083

Dedicamos este trabalho a toda nossa família, aos amigos, professores e colegas de faculdade e também a todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos deu forças para chegar até aqui, a toda energia que iluminou nossa trajetória, dando-nos forças para superar todas as dificuldades que surgiram ao longo dessa caminhada.

Aos nossos pais e familiares por todo amor, apoio e paciência que tiveram conosco e nos proporcionar um caminho mais tranquilo. Gratidão por ter pessoas maravilhosas fazendo parte da nossa vida e da nossa história.

Queremos também agradecer pelas amizades que ganhamos na Faculdade ao longo do curso, e aos amigos da vida que ficarão marcados pra sempre em nossos corações.

A nossa orientadora que não mediu esforços para nos ajudar a todo o momento e a todos aqueles que direta ou indiretamente nos acompanharam durante toda esta longa jornada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. OBJETIVOS	09
3. REVISÃO DA LITERATURA	10
3.1. HISTÓRICO DE MOVIMENTOS E LUTAS DOS LGBTs	10
3.2. A LUTA PELO DIREITO DA SEXUALIDADE E ACEITAÇÃO	11
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DOS LGBTs	14
3.4. VIOLÊNCIA E MORTALIDADE DOS LGBTs	16
3.5. CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO	17
3.6. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	18
4. METODOLOGIA	23
5. RESULTADOS	25
6. DISCUSSÃO	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01	Compreendendo os Diferentes Tipos de Sexualidade.	13
Quadro 02	Mitos X Verdades.	13
Quadro 03	Distribuição de artigos em ordem crescente: representação por ano de publicação.	25
Gráfico 01	Número de mortes por estados brasileiros no ano de 2017.	15
Gráfico 02	Distribuição de artigos segundo ano de publicação e fonte de pesquisa para construção dos resultados.	30
Gráfico 03	Exposição de dados percentuais retirados dos resultados de acordo com fatores associados.	30

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01. Fluxograma de identificação, seleção e exclusão dos artigos pesquisados na elaboração dos resultados.

24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
BBC	British Broadcasting Corporation.
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde.
CFM	Conselho Federal de Medicina.
CID	Catálogo Internacional de Doenças.
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
DNA	Ácido Desoxirribonucléico.
LGBT	Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual.
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde.
MS	Ministério da Saúde.
NESP	Núcleo de Estudos em Saúde Pública.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica.
PNDH I	Programa Nacional de Direitos Humanos I.
PNDH II	Programa Nacional de Direitos Humanos II.
PNH	Política Nacional de Humanização.
PNSILGBT	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.
SCIELO	Scientific Electronic Library Online.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TGEU	Ong Internacional Transgender Europe.
TRANS	Transexual.
USP	Universidade de São Paulo.

RESUMO

Atualmente a transexualidade vem desencadeando grande interesse dos pesquisadores, passando a compor uma concepção, onde o sexo não se resume somente ao físico, e que pode ser determinado pela genética consequentemente inalterável. Deste modo, identidade de gênero deve ser entendida como a forma com que o ser humano se identifica, e sobre como ele se reconhece, independente do órgão sexual. Busca-se neste estudo abordar a contribuição do Enfermeiro no acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde, relatando principalmente as alterações físicas e sociais que acometem essa população e a forma com que são refletidas em seu dia a dia. Aborda também a diversidade sexual e a luta travada constantemente apontada como assunto na mídia, por serem vítimas de diversos tipos de preconceito e discriminação. A análise dos estudos permite destacar a importância dos profissionais Enfermeiros em obter postura e foco ao oferecer o acolhimento a essa população, visando à diminuição do preconceito e ofertando seus direitos garantidos por lei. O **Objetivo:** Analisar e articular discussões de gênero para o campo de conhecimento da saúde pública e a contribuição do enfermeiro no acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa por meio da revisão integrativa de artigos identificados na busca, através de material eletrônico nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), especialmente nas bases de dados: LILACS, PUBMED E SCIELO, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2018. **Resultados:** evidenciou que os LGBTs passam por diversos problemas para serem incluídos nos serviços de saúde, como os demais seres humanos, porém lutam por seu respeito. Nesse contexto, percebemos a importância que o enfermeiro desempenha para inclui-los, de forma que possam ser bem recebidos, e com isso, se sentir acolhidos pelos profissionais. **Conclusões:** Como se pode ver, são muitos os obstáculos que ainda estão por serem investigados, necessitando de haver mais pesquisas referentes ao tema. Portanto o estudo foi apenas uma simples contribuição do Enfermeiro na luta pelo direito a ter direitos.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Violência, Discriminação, Serviços de Saúde, Enfermagem.

ABSTRACT

Nowadays transsexuality has unleashed a great interest of the researchers, starting to compose a conception, where the sex is not only limited to the physical, and that can be determined by the genetics consequently inalterable. In this way, gender identity must be understood as the way in which the human being identifies himself, and on how he recognizes himself, independent of the sexual organ. This study seeks to address the contribution of nurses in the reception of the LGBT population in health services, mainly reporting the physical and social changes that affect this population and the way they are reflected in their daily lives. It also addresses sexual diversity and the constant struggle that has been pointed out as a subject in the media, because they are victims of various kinds of prejudice and discrimination. The analysis of the studies makes it possible to highlight the importance of the Nursing professionals in obtaining a posture and focus in offering the reception to this population, aiming at reducing prejudice and offering their rights guaranteed by law. **Objective:** To analyze and articulate gender discussions for the field of public health knowledge and the contribution of nurses to the LGBT population in health services. **Methodology:** This is a research with a qualitative approach through the integrative review of articles identified in the search, through electronic material in the databases of the Virtual Health Library (VHL), especially in databases: LILACS, PUBMED AND SCIELO, in the period from 2008 to 2018. **Results:** showed that LGBTs go through several problems to be included in the health services, like other human beings, but fight for their respect. In this context, we perceive the importance that nurses play in including them, so that they can be well received, and with that, feel welcomed by professionals. **Conclusions:** As can be seen, many obstacles remain to be investigated, requiring further research on the subject. Therefore the study was only a simple contribution of the Nurse in the fight for the right to have rights.

Key-words: Gender identity, Violence, Discrimination, Health Services, Nursing.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a transexualidade vem desencadeando grande interesse dos pesquisadores, passando a compor uma concepção, onde o sexo não se resume somente ao físico, e que pode ser determinado pela genética consequentemente inalterável (BENEDET *et al.*, 2013).

É evidente a importância de se olhar para a história da humanidade e aceitar que a transexualidade é natural do ser humano, e que a discriminação precisa ser excluída pela sociedade. Deste modo, identidade de gênero deve ser entendida como a forma com que o ser humano se identifica, e sobre como ele se reconhece, independente do órgão sexual (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Para Souza, Vieira (2016):

Gênero vai além dos sexos: Sua definição não se restringe apenas aos cromossomos, a conformação genital ou a presença ou não de determinadas gônadas, mas principalmente através da auto-percepção e da forma como a pessoa se expressa socialmente.

A população lésbica, gay, bissexual e transexual (LGBT) vem ocupando grande espaço mundialmente devido seu alto crescimento (JESUS, 2012). A escolha do tema foi baseada nas características destes indivíduos e as dificuldades que enfrentam no atendimento a saúde, pois ao perceberem que possuem um gênero diferente do que lhes foi atribuído, passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade.

A respeito da sexualidade e identidade de gênero, é um assunto que vem sendo muito comentado dia após dia, nos meios de comunicação, com destaque no preconceito. Frequentes notícias são divulgadas pela imprensa referindo-se à violência da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBTs), fruto da defesa seus direitos (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

É evidente a importância de definir protocolos nos serviços de saúde, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os princípios básicos de universalidade, equidade e integralidade, para ampará-los, considerando que muitos não se reconhecem no corpo que estão, e isto os leva a sofrer distúrbios psicológicos seguido de automutilação e suicídio (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Nos últimos anos a transexualidade tem sido alvo de muitas especulações, devido à liberdade de gênero, gerando muitos comentários e causado diversos transtornos (JESUS, 2012). A Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 1990 retira o termo homossexualismo do Código Internacional de Doenças que antes era visto como um transtorno de identidade de gênero, catalogada no CID de nº 10- F64. 0 (SAMPAIO; COELHO, 2016).

Os LGBTs vivenciam muitos casos de assédio, opressão e violência, muitas são as dificuldades, acesso a empregabilidade, habitação, educação e principalmente aos serviços de saúde. Além disso, sofrem abuso físico provenientes de pessoas próximas, como amigos, familiares e professores (SAMPAIO; COELHO, 2016).

Um exemplo de tratamento preconceituoso é a transfobia, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, intimidações e agressões físicas ou verbais (SÃO PAULO, 2014). Estudos científicos relacionados à temática são escassos e isso traz à tona a importância de estudar sobre o assunto, para contribuir com mais conhecimento.

Os motivos pessoais que nos levaram a desenvolver a percepção acerca da temática foram à vivência que durante todo curso de enfermagem nos mostrou a existência de uma lacuna entre profissionais que atuam no acolhimento dos serviços de saúde e os LGBTs. Isso pôde ser confirmado durante o período de estágio.

O presente trabalho contribuirá para uma reflexão dos profissionais de saúde quanto à sua postura e acolhimento ofertado aos LGBTs nos serviços de saúde. A análise foi realizada como forma de fomentar o debate e propagar informações as diversas áreas interligadas como: Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Direito, Medicina, Nutrição e Educador Físico.

Pretende-se neste estudo, mostrar que os LGBTs apresentam necessidades de saúde específicas e importantes, tendo em vista que é uma população vítima de alta taxa de homofobia, e os poucos direitos conquistados são violados cotidianamente, incluindo o direito fundamental de existir, além de estarem expostos à violência física e psicológica o que vem agravando os altos índices de adoecimento mental e até de suicídios. Assim o estudo contribuirá para que estes indivíduos possam alcançar um atendimento, onde seus direitos sejam preservados de forma igualitária, e que assim os serviços de saúde não lhes ofertem nenhum tipo

de agressão.

Diante do exposto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Qual é o papel do enfermeiro para garantir o acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde de forma que se sintam respeitados e acolhidos?

2. OBJETIVOS

Analisar e articular discussões de gênero para o campo de conhecimento da saúde pública e a contribuição do enfermeiro no acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção foi construída por meio da revisão narrativa da literatura científica identificada nas bases de informações científicas e de documentos da OMS, que descrevem aspectos, políticas públicas mundiais e nacionais relacionadas aos LGBTs, assim como fatores relacionados ao atendimento e cuidado à saúde destes nos serviços de saúde.

3.1 HISTÓRICO DE MOVIMENTOS E LUTAS LGBTs

Muitos são os desafios desde a década de 50, onde a palavra transexual surgiu para aquelas pessoas que gostariam de viver no corpo oposto ao seu, não importando com hormônios ou cirurgias (REIS, 2016).

Na década de 60 e 70, o termo transexual passou a ser usado para indivíduos que já haviam realizado a cirurgia de mudança de sexo, surgindo o termo “síndrome de distrofia de gênero” que justificava um tipo de distúrbio com os transexuais (REIS, 2016).

As primeiras manifestações contra a repressão estatal às homossexualidades, ou seja, os movimentos LGBTs, iniciaram no início do século XX, após criação do Comitê Científico Humanitário, por Magnus Hirschfeld, na Alemanha. Suas transformações vieram após a segunda Guerra Mundial com a expansão da noção de direitos sociais, e o principal objetivo do Comitê era a derrubada do Código Penal Alemão, que criminalizava qualquer tipo de relação homossexual (ARAGUZUK; LOPES, 2015).

As políticas de saúde voltadas a população LGBT surgem a partir do processo de amadurecimento da democracia brasileira, no fim dos anos 70, quando se constituem vários movimentos da sociedade civil em defesa de grupos historicamente excluídos (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2016).

O movimento Homossexual Brasileiro surgiu na década de 1970, no período da ditadura militar. Seu marco foi em 1978 em São Paulo, com a publicação da edição número zero do jornal *lâmpião* da Esquina discutindo temas de interesse homossexuais e também com o surgimento do grupo “Somos-SP” e posteriormente adotando o nome “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais” (CARNEIRO, 2015).

No ano de 1979 houve um debate na Universidade de São Paulo (USP), realizado pelos estudantes de Ciências Sociais e com isso o grupo passou a se chamar “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, em homenagem a uma publicação da extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina, propiciando assim a formação de outros dois grupos para fortalecer o movimento, chamados “Eros” e o “Libertos” (CARNEIRO, 2015).

Foi durante o governo de Fernando Henrique, que o movimento LGBT obteve uma conquista de impacto, os homossexuais, grupo vulnerável. Este objetivou a prevenção da discriminação com base na orientação sexual, teve como base princípios presente na resolução da Conferência Mundial de Direitos Humanos (ARAGUZUKU, 2015).

Em 2008, aconteceu no Brasil à primeira Conferência LGBT, realizada pelo Governo Federal em Brasília, organizada pelo Programa Brasil sem Homofobia reunindo representantes da sociedade civil e poder público de todo o país. E com isso a apresentação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs realizada em 2009, esta apresentou ações e metas dos direitos dos LGBTs (ARAGUZUK, 2015).

Medidas de promoção aos direitos dos LGBTs surgiram em 2001 por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), como forma de dar suporte às políticas públicas destinadas ao apoio dos direitos dos indivíduos vítimas de discriminação, seja por raça, orientação sexual e etnia. Estas medidas contribuíram para que tivessem seus direitos representados por programas responsáveis, promovendo subsídios para que fossem tratados como cidadãos de direitos (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

A partir daí, surge em 2010 às primeiras políticas públicas voltadas diretamente para as pessoas LGBTs, com olhar direcionado a estes como indivíduos de direitos, que merecem assistência em todos os âmbitos (NARDI; SILVEIRA; MACHADO, 2013).

3.2 A LUTA PELO DIREITO DA SEXUALIDADE E ACEITAÇÃO

A população LGBT vem enfrentando diversos desafios para conseguir firmar seu direito perante a sociedade e principalmente ao que se refere ao acesso nos serviços de saúde (SANTOS *et al.*, 2010).

Santos et al. (2015), afirma que o tema referente aos LGBTs vem desestabilizando o padrão vigente, em diversos âmbitos da sociedade, e por isso discorrer sobre a sexualidade é discutir sobre a cultura já existente e a construção de categorias que definem o ser humano, como corpo, sexo e sexualidade.

Vivemos em uma sociedade patriarcal, marcados por valores e fundamentados regidos por princípios morais que não levam em consideração a autonomia do ser humano (PINHEIRO, 2008). Entre esses valores, encontram-se aqueles calcados na aceitação exclusiva de relações sexuais que permitem somente a expressão afetiva entre pessoas de sexos opostos, não permitindo que houvesse relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo (JESUS, 2012).

Este patriarcado segundo Nogueira (2016) remete a origem do termo família, onde o homem era o centro, figura respeitada e a mulher subordinada, assumindo papel secundário. Passou a ser caracterizado por valores antes estabelecidos como os mais nobres e elevados, tendo como princípios a liberdade, igualdade e fraternidade.

De acordo com Sampaio e Coelho (2016), nas últimas décadas, o fenômeno da sexualidade ganhou projeção e, conseqüentemente, vem aumentando as fronteiras estabelecidas pelo gênero masculino/feminino. No entanto, segundo o autor, os LGBTs não devem ser compreendidos como uma pessoa transtornada, doente ou classificados como patológico.

Para Petry e Meyer (2011):

O gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres “devem” se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios.

Um estudo realizado na Austrália com 112 transexuais masculinos revelou através da análise de Ácido Desoxirribonucléico (DNA), uma versão mais longa do gene receptor de andrógeno, podendo resultar em sinais de testosterona menos eficientes. Este estudo enfatiza que há grande probabilidade de outros genes também influenciarem no processo, e cada vez mais estudos científicos apontam fatores biológicos envolvidos na identidade sexual (BBC, 2008).

A adoção do termo transexual é criticada em alguns aspectos, porque a terminologia sexual remete a orientação sexual, como homossexual, bissexual e heterossexual (SILVA *et al.*, 2017).

Quadro 1. Compreendendo os Diferentes Tipos de Sexualidade

IDENTIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
Cisgênero	Indivíduo se identifica com o seu gênero de nascença.
Lésbica	Indivíduo sexo feminino que sente atração pelo mesmo sexo.
Gay	Indivíduo sexo masculino que sente atração pelo mesmo sexo.
Bissexual	Homem ou Mulher que se relaciona com o mesmo sexo e/ou o oposto.
Travesti	Indivíduo sexo masculino que se apresenta pelo sexo feminino (uso de roupas femininas e acessórios), como também muitos fazem uso de hormônio para crescimento das mamas.
Transexual	Identifica-se com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído no nascimento.

FONTE: Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT, São Paulo, (2014) Adaptado.

Existe uma identidade trans com posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificação disponibilizada socialmente para definir homem ou mulher (BENTO, 2012).

Quadro 2. Mitos x Verdades

Homossexualidade é uma doença.	A homossexualidade é natural assim como a hétero e a bissexualidade.
Crianças são influenciadas a serem homossexuais ao entrar em contato com gays e lésbicas.	A atração afetivo-sexual não é uma escolha e sua orientação sexual não pode sofrer influência de outras pessoas.
LGBTs são pessoas confusas e com problemas psicológicos	LGBTs podem manifestar necessidade de alterações corporais, porém não conclui que tenham problemas psicológicos ou transtornos mentais.
Meninas que jogam futebol são lésbicas.	Meninos que gostam de balé não são necessariamente gays.

FONTE: Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT, São Paulo, (2014) Adaptado.

De acordo com o quadro acima podemos observar que toda mudança começa quando entendemos melhor quem são as pessoas, e o que elas vivem, superando mitos e medos (JESUS, 2012).

3.3 VIOLÊNCIA E MORTALIDADE DOS LGBTs

Diversos preconceitos são atribuídos à população LGBT, isso acontece quando adotamos caracteres diferenciados e negativos com uma pessoa, agressões verbais e físicas, afastamentos do convívio familiar, impedimentos de manifestar afeto em público, assassinatos, por se sentirem atraídos afetuosamente ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo ou gênero (SÃO PAULO, 2014).

Essas violências diárias motivadas por transfobia vem crescendo a cada ano, seja violência física, sexual ou psicológica, destacados por insultos, desvalorização, humilhação, isolamento, ridicularização e exploração. E a invisibilidade dessa população aumenta a cada dia, isto por não haver políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia, como também uma legislação que combatam crimes de ódio (CHAGAS, 2017).

O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de país com mortes de pessoas LGBTs. De acordo com a pesquisa realizada pela ONG *Internacional Transgender Europe* (TGEU), foram registrados 802 homicídios de pessoas trans entre 2008 e 2015 no Brasil, correspondendo a cerca de 44% dos casos no mundo. Entre o mês de outubro de 2015 e setembro de 2016, registrando 123 assassinatos no país (CHAGAS, 2017).

Frente aos achados, as tentativas de homicídio que, de acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans, foram 52 só em 2016, estimando que esse número seja ainda maior e a tendência é aumentar, tendo em vista que a intolerância aumenta drasticamente (CHAGAS, 2017).

Desse modo, Santos (2016), relata que através das pesquisas realizadas em 2016 a região que se destaca com maior índice de assassinatos é a região nordeste, onde comporta maior número de indivíduos com baixa escolaridade e por este local ainda reger o patriarcado, onde prevalece à visão do homem como detentor do poder. O Brasil é visto com país subdesenvolvido.

Cabe ainda ressaltar que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) juntamente com o Observatório da Saúde LGBT, lançaram o mapa dos assassinatos de travestis e transexuais em 2017, sendo que a cada 48 horas um transexual foi vítima de assassinato, revelando 169 pessoas trans assassinadas neste período. Destes apenas dezoito suspeitos foram presos e julgados representando apenas 10 %. A mesma pesquisa mostra que o estado da Paraíba e o estado brasileiro que mais mata, em números proporcionais, seguido de Alagoas e Tocantins. Estes dados superam os anteriores, demonstrando um grande aumento de mortes nos últimos 10 anos (Núcleo de Estudos em Saúde Pública Universidade Federal de Brasília, 2018).

Conforme mostra o gráfico a seguir, as mortes de travestis, transexuais, gays no Brasil em 2017 ocorreram na sua maioria no Nordeste, seguido pela região sudeste, norte/sul e centro oeste.

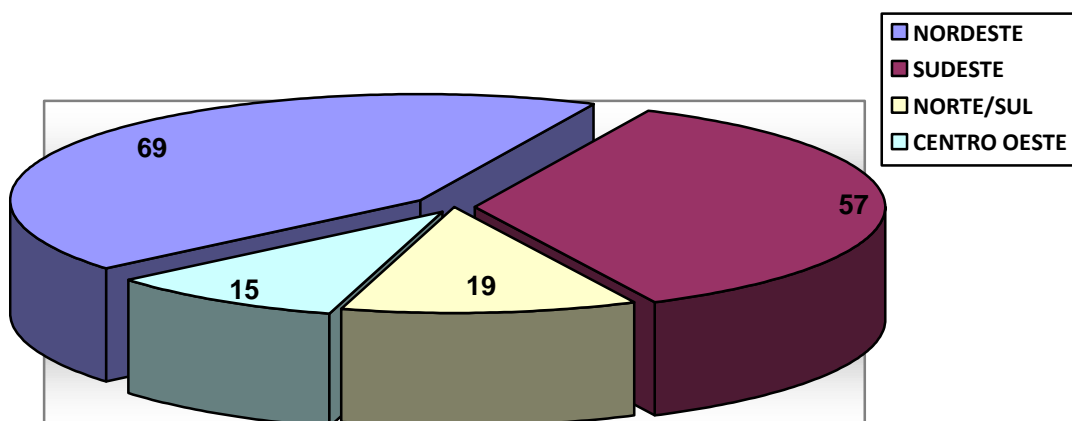


Gráfico 1- Número de mortes por estados brasileiros no ano de 2017. **Fonte:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>

3.4 CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO

Há um grande marcador apresentando diversas barreiras na inserção dos LGBTs nos serviços de saúde, inclusive por cirurgias de mudança de sexo (BORGES et al., 2012). Os LGBTs lutam por uma transformação física de direito, porém são obrigados a se enquadrar as normas de sexo e gênero que existem em nossa sociedade, pois de acordo com as críticas referente à biomedicina, o transexualismo não deve continuar sendo visto como patologia ou transtorno (SAMPAIO; COELHO, 2016).

Foi no ano de 1920 que os primeiros procedimentos de transgenitalização foram realizados na Alemanha e Dinamarca, considerando essas cirurgias uma readequação social, porém eram feitos sem divulgação para a sociedade. Já em 1952 foi executada a cirurgia em um soldado americano, que trouxe bastante discussão sobre o tema nas áreas da saúde (VELOSO; SOARES; JESUS, 2018).

Estas operações para a mudança de sexo começaram a serem feitas em 1970, através do médico Edgerton, que encontrou meios de se utilizar tecidos do pênis para caracterizar uma genitália externa feminina, simulando até mesmo um colo de útero. Porém no Brasil, as primeiras operações realizadas de transgenitalização começaram em 1975 (REIS, 2016).

O filme “A Garota Dinamarquesa” retrata bem as dificuldades em conseguir realizar uma cirurgia de transgenitalização, onde a protagonista demonstra extremado desejo à descoberta da sua real sexualidade e a todo custo realizar o sonho de ser uma pessoa completa, literalmente de corpo e alma. O que para muitos soa como blasfêmia, agressão, sem-vergonhismo, para a personagem é uma questão de se ver como um ser humano completo e pleno, e a forma que ela achou para realizar esse desejo foi se submeter a um experimento que é hoje conhecida como cirurgia de transgenitalização, comumente chamada cirurgia de troca de sexo (HOOPER, 2016).

O Conselho Federal de Medicina, através da Resolução nº 1.955 de 12 de agosto de 2010, dispõe sobre a legalização da cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução da Comissão Federal de Medicina (CFM) nº 1.652/2002, portanto tal prática não constitui crime de mutilação, e possui uma finalidade terapêutica em adequar a genitália ao sexo psíquico (SCHMIDT, 2014).

A cirurgia de mudança de sexo foi autorizada pela resolução nº 1.482/97 com procedimentos complementares como modificação de características sexuais e gônadas, podendo então ser realizados em hospitais públicos e privados (ARAN, 2008).

Este seria um meio para resgatar o direito à intimidade da população LGBT, possibilitando viver em harmonia com seu corpo e mente. No entanto mesmo sentindo desconfortável com seu corpo, para realizar a cirurgia de transgenitalização, é necessário enquadrar-se aos requisitos para realização da

intervenção cirúrgica, sendo que o paciente deve ter no mínimo 21 anos de idade e acompanhamento multidisciplinar por dois anos (SCHMIDT, 2014).

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DOS LGBTs

A população LGBT busca incessantemente seu direito de viver livremente. E através das políticas públicas com olhar para suas necessidades, visam não mais serem vítimas de discriminação diariamente (TAVEIRA; *et al.*, 2016).

De acordo com Moura e Lopes (2014), é possível perceber que esta população são altamente excludentes, onde a sexualidade é tratada como um quesito de diferenciação dos demais, indo assim contra os princípios constitucionais.

Internacionalmente a Rebelião de Stonewall Riot que ocorreu nos EUA é considerada como o marco inicial do movimento de liberação da identidade gay e da luta pelos direitos LGBTs. Trata se de uma rebelião que aconteceu num bar contra policiais que os tratavam com atitudes violentas em bares gays da cidade de Nova York (FRANCO, 2017).

Com o decorrer dos anos, após esses movimentos ações foram implantadas para evitar discriminação com a população LGBT, nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde. Sendo assim, um compromisso ético-político para todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), de seus gestores, conselheiros, técnicos e profissionais da saúde (BRASIL, 2013).

De acordo com Duarte (2014), a constituição federal de 1988 e as leis 8.080 e 8.142 regulamenta o SUS com princípios e diretrizes para regulamentar a saúde, afirma também sobre a necessidade de haver igualdade na assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Apesar dos esforços do Brasil a prática desta política no serviço público no cotidiano se faz contraditória, pois existem atendimentos preconceituosos e profissionais poucos preparados para um atendimento humanizado e livre da discriminação. Na visão de muitos profissionais de saúde a população LGBT procura atendimento somente por motivos de doenças como em especial a AIDS/HIV. Esta percepção causa no usuário uma forma de discriminação, já que profissional aborda suas práticas sexuais (DUARTE, 2014).

Outra conquista que merece destaque dentro das políticas públicas no Brasil é o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), divulgado em 2002 pelo presidente Fernando Henrique, que trazia dentre suas ações, cinco que contemplavam “orientação sexual” como uma dimensão da “garantia do direito à liberdade, opinião e expressão” e dez relativas à “garantia do direito à igualdade” de “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais”. Tal documento detalhou e divulgou de forma mais objetiva a proposta do PNDH I (SOUZA, 2015).

De acordo com Franco (2017), as políticas públicas desempenham um papel importante, seja na manutenção ou superação das opressões de gênero e sexuais, podendo reforçar as desigualdades, quando objetivam atender as necessidades supostamente universais, desconsiderando as demandas de um determinado grupo. Do mesmo modo, podem contribuir para a redução de tais desigualdades por meio de formulações e execuções de ações e programas específicos.

Segundo a Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (SENADO FEDERAL, 2016).

Nessa perspectiva o Ministério da Saúde (MS) publicou em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral dos LGBTs, instituída pela Portaria nº 2.836 com objetivo de reduzir as desigualdades, dando direito a todos, visando à reorientação das políticas de saúde, ampliando o acesso a ações e serviços de qualidade (BRASIL, 2013).

Através da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (PNSILGBT) o SUS visa garantir o atendimento integral de saúde das pessoas trans. Por meio de ações de acolhimento e acesso aos serviços, através da hormonioterapia e cirurgias de adequação do corpo biológico à identidade de gênero (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2016).

A OMS reconhece que (BRASIL, 2013 p. 08):

A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais.

Em 2013 foi criado um projeto de lei na Câmara Federal, este foi debatido, entretanto até o momento não obteve aprovação. O mesmo garante o direito de toda pessoa ao reconhecimento de gênero, ao livre desenvolvimento, e o respeito, e em particular, a ser identificado de sua identidade pessoal (WYLLYS; KOKAY, 2013).

3.6 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Segundo Borges e Souza (2012), desde a consolidação do SUS, os profissionais enfrentam grandes desafios para romper o preconceito frente a diversidade sexual e o padrão heterossexual.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) dispõe que as equipes de saúde da família deverão adotar estratégias que minimize iniquidades, de modo a evitar exclusão social de grupos que possam vir a sofrer estigmatização ou discriminação, de maneira que impacte na autonomia e na situação de saúde (BRASIL, 2017).

Segundo o código de ética dos profissionais de enfermagem devem desenvolver a profissão pautada no respeito e empatia. O art. 41, afirma que, os profissionais devem prestar assistência sem discriminação de qualquer natureza, ou seja, ser imparcial no atendimento ao cliente LGBT (COFEN, 2017).

Urge mencionar que os usuários possuem direitos garantidos por lei e os serviços de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e assegurar que eles sejam cumpridos em todas as etapas do cuidado. A equipe deve garantir ao cidadão seus direitos, como também informá-lo sobre suas condições de saúde (PNH, 2013).

Os LGBTs buscam ser vistos e entendidos igualmente as outras pessoas e com isso possa ter seu direito de se cuidar, com a segurança de chegar ao serviço de saúde sendo bem recebido, sem preconceito, seja para uma simples consulta ou um exame de rotina. Mas o que tem ocorrido é que eles estão distantes dos serviços de saúde, procuram somente em casos de extrema urgência por medo de não receber atendimento (BORGES; SOUZA, 2012).

O Ministério da Saúde (2015), afirma que os LGBTs devem cada vez mais ser vistos nos serviços de saúde, e enfermeiros devem contribuir com diretrizes na prática de políticas que reconheçam a população trans, respeitando sua identidade.

Segundo Sampaio e Coelho (2016), a saúde é mais do que a ausência de doença, considera a saúde como bem-estar físico, psíquico e social, e os LGBTs controlam as intervenções em sua vida, lidando com emoções conflitantes, sentimentos ligados à vida afetiva e social.

Haja vista que a transexualidade tem sido considerado um universo pouco conhecido, retratando a forma como é percebida pelos enfermeiros, influenciando na qualidade da atenção integral direcionada aos LGBTs. A integralidade é um dos princípios filosóficos e organizativos do SUS, que pode ser entendida como o cuidado oferecido a indivíduos, grupos e coletividades, levando em conta seus contextos sócio-históricos, políticos, familiares e ambientais (GALLI *et al.*, 2013).

O enfermeiro necessita de preparo para conhecer a real necessidade dessa parcela da população, de forma a organizar os serviços de saúde, objetivando o cuidado humanizado nos princípios idealizados pelo SUS (BORGES; SOUZA, 2012).

A equipe multidisciplinar que atua no atendimento às pessoas LGBTs como profissionais médicos, psicólogos e de outras especialidades, deve estar sempre atenta, em entendê-los, de modo a poder induzi-los em momentos de necessidade, como ser capaz ou não de avaliar e entender as consequências das intervenções que deseja realizar para assim contribuir positivamente ao relacionamento com sua condição de vida (SAMPAIO; COELHO, 2016).

O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. Acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde (BRASIL, 2008).

Partindo dos princípios traçados no processo de enfermagem e na promoção da saúde, o papel do profissional é a educação em saúde, trabalhando a Política Nacional de Saúde Integral dos LGBTs, e seus preceitos éticos/legais, visando a melhoria da qualidade de vida desse público com estratégia para redução do preconceito e discriminação (MATOSO, 2014).

A atuação do enfermeiro ao assistir o público é muito relevante tendo em vista suas práticas assistenciais, não devendo tomar medidas de exclusão diante da sexualidade. É preciso saber que a promoção, prevenção e reabilitação em saúde existem para todas as pessoas, e, devem-se levar em conta suas particularidades,

atuar através dos princípios da integralidade, equidade, universalidade e humanização (MATOSO, 2014).

Ainda estamos distantes de uma saúde ou um atendimento com um acolhimento integral e universal, mas vale destacar a importância de políticas específicas, que trabalham a inclusão. É preciso ressaltar que os LGBTs são as populações mais distantes dos serviços de saúde, e isso ocorre especialmente por falta de acolhimento que facilitem o acesso (BRASIL, 2015).

Nessa lógica, uma das primeiras formas de melhorar a relação entre o cliente e o profissional, é através do acolhimento, escuta sensível, utilizando a linguagem clara e objetiva, buscando conhecer inicialmente o contexto em que o indivíduo está inserido, como ele vive, e suas dificuldades encontradas, isso possibilita planejar sua assistência levando em consideração ações voltadas a prevenção, promoção e recuperação (PORCINO *et al.*, 2013).

O profissional deve ser dotado de uma postura íntegra, além de possuir conhecimento técnico científico para desempenhar sua função e atender toda a população. No cuidar, levam-se em consideração diversos fatores, dentre eles, que o cliente deve ser visto como um todo, um profissional que vai além da sua doença, se preocupe com seu bem estar, sem receio em toca-lo, e em momentos de fragilidade seja seu ouvinte, respondendo de forma respeitosa suas dúvidas e anseios, e lhe transmitindo segurança (PORCINO *et al.*, 2013).

A contribuição da enfermagem perante a esta população se baseiam em diversos aspectos, dentre eles está o acolhimento, que é uma postura ética, que consiste na escuta sensível do usuário sobre suas queixas, reconhecendo seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, ativando assim as redes de compartilhamento de saberes. O conhecimento ético não descreve ou prescreve a decisão a ser tomada, pelo contrário ele provê sobre as possíveis escolhas a serem feitas e o seu por que. Ela não pode ser testada por que os relacionamentos da teoria residem sobre uma lógica fisiológica subjacente, que não pode ser empiricamente conhecida (GUERREIRO *et al.*, 2013).

Acolher é um compromisso de retorno às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde (BRASIL, 2008). É reconhecer o que o outro traz como real necessidade de saúde, e assim sustentando a relação entre equipes/serviços e usuários/pacientes (PNH, 2013).

Durante o acolhimento é importante que o enfermeiro tenha uma postura que possibilite uma escuta sensível, saiba considerar os sujeitos de forma holística, visando suas dimensões físicas, mental e biopsicossocial, é preciso garantir o acesso oportuno dessas pessoas, isso assegura que todos sejam atendidos com prioridades a partir da avaliação de vulnerabilidade, gravidade e risco (PNH, 2013).

Torna-se imprescindível a assistência pautada na Lei Orgânica da Saúde, que versa sobre o dever do Estado de garantir a saúde. Consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2013). É direito de a pessoa ter atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento, para isso deve ser assegurado (BRASIL, 2017).

Contudo, fica claro que o paciente é a razão da existência de uma boa assistência, atendê-lo bem e com qualidade, ouvi-lo, dar atenção as suas necessidades e saber o que ele espera do seu atendimento, torna-se cada vez mais importante para as organizações. A qualidade é um dos principais diferenciais para a sobrevivência de qualquer ação prestada, além disso, a mesma tem grande importância para definir o nível do atendimento e satisfação do paciente (COSTA; SANTANA; TRIGO, 2015).

4. METODOLOGIA

Este trabalho se compõe a partir do estudo de revisão integrativa, com objetivo de identificar estudos relacionados a população LGBT no Brasil e no mundo e as dificuldades enfrentadas por eles para receber atendimento nos serviços de saúde (SILVA *et al.*, 2017).

A revisão integrativa é sem dúvida uma das melhores formas de iniciar um estudo científico, pois tem como foco a procura de relações e convergências dentre os artigos buscados, permitindo reunir conhecimento sobre o assunto de modo a basear um estudo significativo (CECÍLIO, OLIVEIRA, 2017).

Para o levantamento dos artigos científicos na literatura realizou-se uma busca através de dados coletados no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *National Library of Medicine* (PUBMED) e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO).

Primeiramente foi realizada a leitura dos artigos selecionados respeitando os critérios de inclusão e exclusão, e posteriormente foram analisados detalhadamente, de forma crítica.

Foram incluídos artigos originais e completos, em português e inglês, que abordaram a temática “A Contribuição do Enfermeiro no Acolhimento da População LGBT nos Serviços de Saúde”, publicados entre os anos de 2008 a 2018, disponíveis online, e com os resumos disponíveis. E excluídos cartas ao leitor, réplicas, artigos duplicados, textos incompletos, e aqueles que não contemplem o objetivo proposto pelo estudo. Foram selecionados 11 artigos, sendo 03 artigos da BVS, 02 artigos do LILACS, 01 da PUBMED e 05 da SCIELO.

Para alcançar os objetivos propostos, elegeu-se a seguinte questão norteadora: “Qual é o papel do enfermeiro na inclusão da população LGBT nos serviços de saúde?”. Com a associação dos descritores: Saúde, Atenção Primária à Saúde, Acolhimento, Enfermagem, Pessoa Transgênero, Preconceito, Serviços de Saúdes e Transexualismo.

Segue fluxograma de seleção dos artigos revisados:

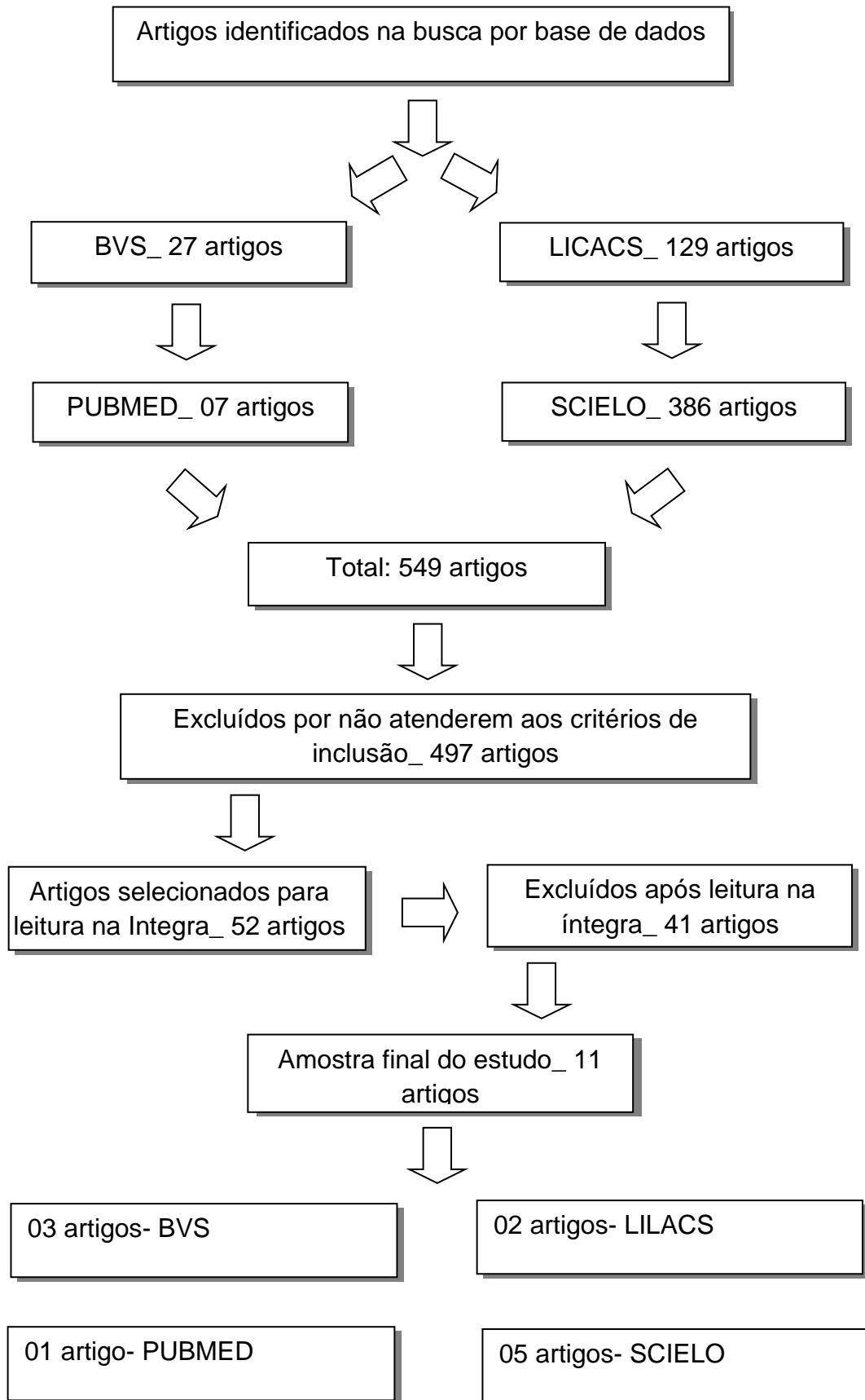


Figura 1- Fluxograma de identificação, seleção e exclusão dos artigos pesquisados na elaboração dos resultados. Adaptado.

5. RESULTADOS

Inicialmente os resultados dos artigos foram tabulados através da regra de três simples, que é muito utilizada em situações cotidianas que envolvam proporções entre grandezas. Ao todo foram encontrados 11 artigos, representando 100 % dos resultados. Posteriormente foi construído um quadro onde descreve informações importantes para a revisão integrativa.

Nº	AUTOR TÍTULO	OBJETIVO	ANO	MÉTODO	RESULTADOS E CONCLUSÕES
01	MACHADO, Carolina Pimentel et al. A Percepção dos Graduandos de Enfermagem a Cerca do Cuidar a Clientes Transexuais.	Descrever a percepção dos enfermeiros nos cuidados aos clientes LGBTs.	2012	Pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizado a técnica de grupo focal.	Para o alcance do processo transexualizador, a enfermagem deve realizar um levantamento dos problemas de saúde, fomentar, coordenar e executar projetos que visem este objetivo, promovendo a capacitação e a educação permanente das equipes de saúde.
02	ALVES, Gabriela Barreto. Transexualidade e direitos fundamentais: O direito a identidade de gênero.	Analisar as necessidades da garantia efetiva dos direitos fundamentais dos LGBTs e transgêneros, propondo uma profunda reflexão acerca da realidade de	2013	Realizado pesquisa eminentemente doutrinária de caráter interdisciplinar, analisando diversos autores sobre os reflexos dos estigmas e preconceitos na negligência legislativa para com os direitos civis	A Identidade de gênero pertence à esfera da vida individual e privada de cada sujeito, e deve ser resguardada de terceiros estando no âmbito de proteção do direito fundamental à privacidade, essa identidade reside no âmbito da esfera deliberativa do indivíduo, e como tal merece ser resguardado

		estigma, preconceito e exclusão que vivem esses indivíduos.		dos LGBTs.	e proteção do estado como direito subjetivo.
03	SANTOS, Adelyany Batista; SHIMIZU, Helena Eri; HAMANN, Edgar Merchan. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade e dos profissionais de saúde: Possíveis caminhos para superação do preconceito.	Identificar e analisar a estrutura das representações sociais dos profissionais de saúde sobre transexualidade.	2014	Trata-se de um estudo exploratório sobre representações sociais. Os locais de pesquisa selecionados foram às oito unidades de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).	Os termos mudança de sexo e preconceito aparecem em destaque compondo o núcleo central da representação sobre transexualidade. Por isso é de suma importância uma formação profissional e educação permanente por sua vez, para favorecer o contato com as diversas realidades existentes, e a criação de espaços de diálogo entre os profissionais de saúde e a população atendida.
04	ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades Vividas por Pessoas Trans no Acesso ao Sistema Único de Saúde.	Discutir as dificuldades de pessoas trans ao acesso no Sistema Único de Saúde (SUS).	2016	Pesquisa qualitativa, na qual os dados foram coletados das pessoas trans por meio de entrevistas semiestruturadas.	O SUS é um importante instrumento de promoção da cidadania das pessoas trans na medida em que efetivar os princípios de universalidade, integralidade e equidade.
05	CAVALCANTI, Adilma da Cunha et al. Acolhimento nos Serviços de Saúde à População LGBT: Uma Revisão	Identificar o que tem sido publicado nas bases de dados nacionais sobre o acolhimento	2016	O estudo trata-se de uma revisão integrativa, com questão norteadora: O que tem sido publicado nos artigos	Identificou-se que ainda há um grande desafio no acolhimento da população LGBT no serviço de saúde. Os profissionais se encontram despreparados e

	Integrativa.	realizado pelas equipes de saúde à população LGBT.		nacionais acerca do acolhimento à população LGBT nos serviços de saúde?	sentindo-se desconfortáveis para prestar assistência ao paciente.
06	ALVES, Cassio Murilo Rodrigues; GONSALVES, Maria Tereza Aparecida Moi. O Papel da Enfermagem no Rompimento dos Preconceitos LGBTs nos Serviços de Saúde.	Avaliar o papel da Enfermagem no acolhimento e atendimento ecológico, com rompimento dos preconceitos em relação ao público LGBT nos serviços de Saúde.	2016	Estudo desenvolvido através de revisão bibliográfica, sobre a sexualidade no Brasil e os problemas enfrentados pelos profissionais de enfermagem em abordar as legislações LGBT nos serviços de saúde.	Foi uma pesquisa integrativa onde a sexualidade passou a ser considerado fruto do novo século. Notou-se a carência de artigos científicos e planos de ações realizados pelos enfermeiros com a população LGBT, resultando no despreparo para o atendimento humanizado.
07	FRAZÃO, Juliana Cunha. Percepções dos usuários e profissionais da saúde e perspectivas de atuação do sanitário na atenção à saúde da população transexual.	Analisar as práticas existentes sobre a transexualidade no Brasil, visando verificar de que forma tem sido garantido o acesso da/o transexual à Política Nacional de Saúde Integral LGBT, e a efetivação dos seus direitos.	2016	Estudo desenvolvido através de revisão bibliográfica observando os avanços alcançados e os limites existentes a partir da Política Nacional de Saúde Integral dos LGBTs.	A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, verificou-se que falta humanização no atendimento a população LGBT nos serviços de atenção à saúde. Os profissionais não seriam capacitados e orientados para darem o apoio de que os LGBTs precisam, por isso ainda seriam falhos em ajudá-los na garantia do direito à saúde integral.

08	<p>QUERINO, Mirlene dos Santos et al. Ações da equipe de enfermagem na implementação da política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais-revisão de literatura.</p>	<p>Objetivou avaliar as ações da equipe de Enfermagem na implementação da Política Nacional de Saúde integral de LGBTs segundo as evidências da literatura científica.</p>	2016	<p>O estudo constitui uma revisão da literatura científica sobre o tema citado. Para o alcance do objetivo proposto, optou-se por este tipo de revisão de literatura, pois ela exhibe a síntese de múltiplos estudos científicos.</p>	<p>A Política Nacional de Saúde Integral LGBT prioriza a redução das dissemelhanças por orientação sexual e identidade de gênero. No entanto surgem muitos desafios na reorganização dos serviços e rotinas para diminuir o preconceito e discriminação. Ainda há uma lacuna na capacitação de profissionais para prestar assistência a essa população.</p>
09	<p>OLIVEIRA, Geane Silva et al. Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família.</p>	<p>Objetivou-se compreender o acesso dos LGBTs às Unidades Básicas de Saúde da Família.</p>	2018	<p>O presente estudo contou com o método qualitativo, onde foram realizadas uma pesquisa com 54 usuários. Foi constituída uma pequena entrevista semiestruturada e com associação livre de palavras.</p>	<p>O atual artigo nos mostra que a perspectiva dos LGBTs, nos atendimentos aos serviços de saúde ainda é repleto de constrangimento, preconceito e exclusão, relata a ausência de profissionais éticos e qualificados.</p>
10	<p>FERREIRA, Syndell Cássia Cruz. O Processo Transexualizador no SUS e a Saúde Mental de Travestis e Transexuais.</p>	<p>Tem como finalidade, entender e analisar a percepção dos usuários trans, quanto ao seu atendimento recebido</p>	2018	<p>Trata-se de uma abordagem qualitativa, que foi realizada com usuários LGBTs, onde a coleta de dados foi feita através de uma</p>	<p>Essa pesquisa mostrou que os trans precisam ter um atendimento para a promoção e manutenção de sua saúde mental, sendo que eles estão mais suscetíveis ao adoecimento por transtornos mentais. Desta forma podemos</p>

		pelo SUS.		entrevista semiestruturada que nela continuam informações sobre dados sócio demográficos e perguntas de avaliação de promoção à saúde.	observar a importância do acolhimento destes pacientes no SUS. Foi observada a ausência de profissionais enfermeiros quanto a este atendimento.
11	ROCON, Pablo Cardoso et al. O que Esperam Pessoas Trans do Sistema Único de Saúde?	Reverter realidade de discriminação, desrespeito ao nome social e dificuldade de diálogo entre profissionais e usuários trans, condições que limitam o acesso à saúde.	2018	Pesquisa qualitativa, na qual os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas.	A dificuldade de diálogo entre profissionais da saúde e usuários trans e o desrespeito ao nome social se apresentam como obstáculos ao acesso nos serviços de saúde, sendo elementos responsáveis pelo adoecimento dessa população na medida em que a priva dos cuidados e da proteção em saúde.

Quadro 03- Distribuição de artigos em ordem crescente: representação por ano de publicação. Adaptado.

Dos 11 (onze) artigos selecionados, 45,45 % referem-se às percepções e assistência dos profissionais de saúde perante a população LGBT, sendo os artigos 01, 05, 06, 07 e 09, já 27,27 % representam as dificuldades vividas por estes indivíduos em ter acesso aos serviços de saúde, sendo os artigos 02, 03, 08, e representando 18,19% o acesso da população no Sistema Único de Saúde, sendo os artigos 11 e 12, por fim com uma menor porcentagem representando 9,09% dos artigos as discriminações vividas pelos LGBTs, sendo o artigo 04. Todos os artigos extraídos para os resultados estão entre os anos 2012 a 2018.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de artigos utilizados de acordo com o

tipo de pesquisa e os anos de publicação referente a cada um.

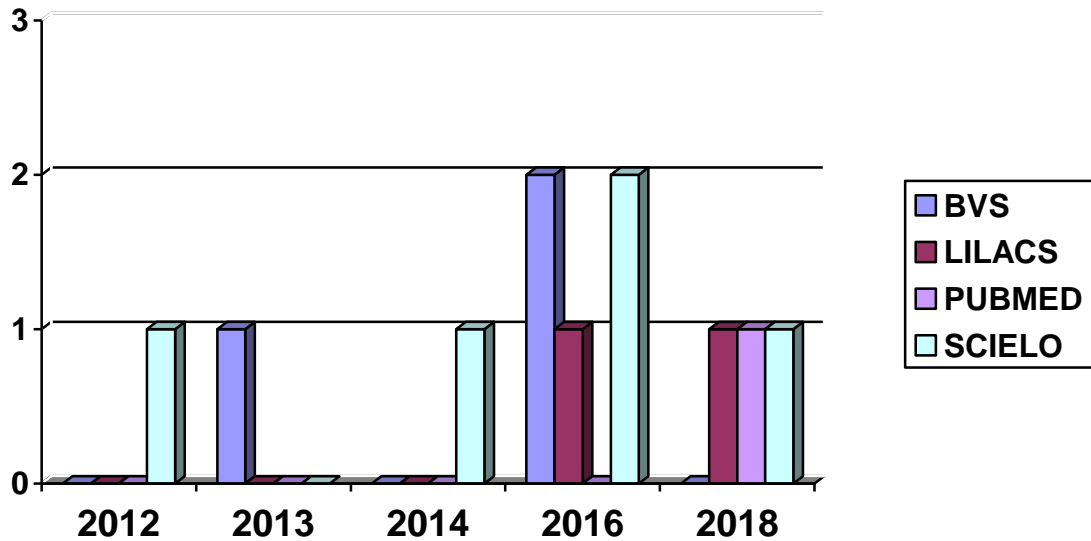


Gráfico 2. Distribuição de artigos segundo ano de publicação e fonte de pesquisa para construção dos resultados. Adaptado.

Desta forma foram apresentados artigos com seus respectivos percentuais associados estatisticamente com os fatores que influenciáveis na temática. Foi encontrada maior publicação no ano de 2016.

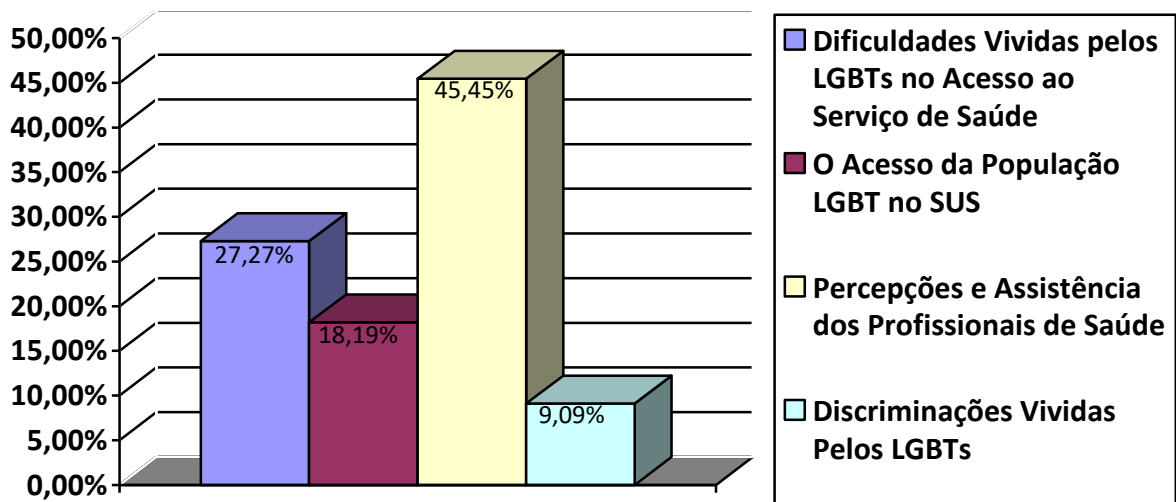


Gráfico 3. Exposição de dados percentuais retirados dos resultados de acordo com os fatores associados. Adaptado.

6. DISCUSSÃO

O levantamento do estudo como método de pesquisa sobre os LGBTs e a atuação do Enfermeiro em seu acolhimento, evidenciou um déficit em publicações científicas relacionadas à temática, de forma que são ainda pouco explorados e contendo um número relativamente menor de informações, apresentando baixo nível de evidências.

Percebeu-se que o enfermeiro desempenha papel fundamental no processo de cuidar, através do gerenciamento voltado para transformação, tendo como eixo inovador a postura ética, favorecendo a melhoria da qualidade da assistência de enfermagem, buscando estratégias que possibilitem maior satisfação para equipe e para os pacientes. Nesse sentido, cabe ao enfermeiro enquanto líder, ser um facilitador do processo de aprendizagem, criando um ambiente no qual possa compreender seu propósito e entrevir novas possibilidades de entendimento que acolha os LGBTs de forma segura e respeitosa (DEUS, 2013).

De acordo com Camelo e Angerami (2013), a capacitação da equipe é outro fator que contribui positivamente para diminuir a discriminação, pois ainda hoje existem obstáculos em oferecer assistência de qualidade, humanizada e integral.

Albuquerque *et al.* (2013), também afirma na mesma perspectiva que a capacitação dos profissionais de saúde é um fator determinante para a diminuição da vulnerabilidade dessa população, proporcionando atendimento humanizado.

Nietsche (2018) faz um alerta para a necessidade de que os profissionais de saúde sejam preparados, desde a sua formação para o atendimento deste público, principalmente os enfermeiros.

Estudos realizados com estudantes de enfermagem evidenciou que o currículo abordava de forma inadequada o atendimento aos pacientes LGBTs, revelando a importância da intervenção educativa. Nessa lógica, instituições de saúde devem se preocupar com o preparo destes profissionais de forma a ampliar seus conhecimentos sobre determinadas áreas de trabalho, especialmente a população LGBT (RIBEIRO, 2014).

Observa-se que no Brasil e no mundo, a dificuldade enfrentada pela população LGBT diante das diversas formas de violência e das discriminações vivenciadas são em decorrência da livre orientação sexual. Além disso, o acesso

dos grupos LGBTs à saúde é marcado por diversos obstáculos, como atendimento discriminatório por parte dos profissionais nas unidades, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas ou mesmo ofensas verbais proferidas por profissionais (FERREIRA *et al.*, 2017).

Conforme relata Alencar, Neves e Parente (2016), quando os LGBTs necessitam de cuidados em saúde, preferem não procurar ajuda profissional, devido à transfobia existente no serviço de saúde implicando no deslocamento dessa população, isso pelo estereotipo de gênero frente a sua sexualidade.

Segundo Santos (2016), o atendimento no SUS, aos poucos vem ganhando notoriedade, sendo influenciado pela luta LGBT para um acesso amplo ao direito à saúde.

Guaranha (2013) refere não ser fácil colocar em prática estes princípios, já que a referida população vive uma série de situações de violência, discriminação, opressão e preconceito.

Ferreira, Pedrosa e Nascimento (2017), ressalta ser um grande desafio a ser superado pelo SUS referente à sociedade de modo geral, e principalmente aos LGBTs, pois a principal barreira apresenta-se em acolher as pessoas enquanto sujeitos de direitos, desejos e possibilidades bastante peculiares. Devendo o SUS estar atento para garantir o acolhimento e instituir estratégias para oferta de serviços de saúde.

Destaca trabalhar a implementação política LGBT nesse campo, visto que os profissionais enfermeiros são pessoas essenciais na estruturação do acesso desta população nos serviços de saúde, por oferecer escuta sensível a esses pacientes, que chegam até esse serviço com certa vulnerabilidade e fragilizados tanto psicologicamente quanto fisicamente. E quando procuram o serviço de saúde encontram diversas barreiras como sendo uma das principais a discriminação (FERREIRA, 2018).

Frente aos achados, Albuquerque *et al.* (2013), assegura que a população LGBT não tem suas necessidades de saúde contempladas por estar subordinada à homofobia, ou seja, à rejeição ou à intolerância irracional à homossexualidade. Os autores acrescentam que o grupo teme revelar a sua orientação sexual nos serviços de saúde, visualizando o impacto negativo que isso trará à qualidade da assistência.

Logo, esses mesmos autores identificam a relação profissional/usuário como primordial para a qualidade da assistência.

A PNH, aposta na inclusão dos profissionais, usuários e gestores na produção do cuidado e dos processos de trabalho. A comunicação entre esses três atores do SUS provoca movimentos de perturbação e inquietação que considera o “motor” de mudanças e que também precisam ser incluídos como recursos para a produção de saúde. Tendo em vista que humanizar se traduz, como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado (BARBOSA *et al.*, 2013).

As rodas de conversa, o incentivo às redes e movimentos sociais e a gestão dos conflitos gerados pela inclusão das diferenças devem ser ferramentas experimentadas e utilizadas nos serviços de saúde para garantir um melhor acesso, priorizando um acolhimento mais humanizado (BARBOSA *et al.*, 2013).

Fazzano e Gallo (2015) enfatizam que o combate da discriminação e da violência de gênero depende de investimentos em educação de saúde e também sexual, por meio de prevenção, propondo que a sexualidade seja vivida de maneira plena, ensinando autonomia e tomada de decisões responsáveis, respeito à diversidade sexual, além dos questionamentos de valores e modelos preconceituosos.

O profissional de enfermagem participa então, como principal integrante da equipe de saúde, das ações que visem satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde (COFEN, 2017).

Assim, de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (2017), a enfermagem deve prestar assistência sem nenhum tipo de restrição, proporcionando reconhecimento da dignidade humana total, que corresponde ao livre exercício da sexualidade, e dos direitos da personalidade, especialmente, da autonomia e da autodeterminação dos LGBTs, para que estes possam ver-se sujeitos plenos de direitos constitucionais ou civis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deixou claro que ainda existe uma grande lacuna de pesquisas científicas relacionadas à população LGBT e ao seu acesso nos serviços de saúde. Como se pode ver, são muitos os obstáculos que ainda estão por serem investigados, e nosso estudo foi apenas uma simples contribuição na luta pelo o direito a ter direitos.

Acreditam os autores do presente trabalho, que a proposta apresentada consiste em uma resolução primordial de proporcionar a gerações futuras, um mundo sem tantas desigualdades, seja ela qual for, seja um mundo com maior aceitação das diferenças ou um mundo onde os direitos sejam exercidos fazendo jus a uma contextualização efetiva e digna.

Assim, os LGBTs buscam então se basear nos resultados de fatos tristes, de atentados cometidos contra essa determinada classe, para enaltecer o orgulho em ser, se sentir pertencer enquanto cidadão de status jurídico igualitário nacional, bem como dar ênfase nos objetivos da luta e exaltar que, de fato, a sua presença na sociedade brasileira é uma questão que precisa de atenção da política nacional.

Diante da vulnerabilidade social e de saúde da população LGBT, medidas devem ser implantadas a fim de inserir esta população socialmente, a partir de garantias de direitos e do combate à discriminação, principalmente aquelas vinculadas aos serviços de saúde, como discutido acima, têm implicações importantes nas condições de vida e problemas relacionados à saúde.

Deste modo, faz-se necessário que os Serviços de Saúde, proporcione uma assistência de qualidade, dispondo da equidade como princípio fundamental, para voltar toda atenção e também medidas indispensáveis a este grupo populacional que se encontra em condições de elevada vulnerabilidade e esquecimento. Para tanto, precisa conceber ações de maneira articulada e intersetorial voltadas a este segmento social específico, considerando, principalmente, as demandas por elas apresentadas e o conhecimento profundo da sua realidade e problemas vivenciados.

A humanização é como um resgate da valorização do ser humano, que busca modificar as práticas cotidianas que levam a equipe de saúde a realizar o cuidado, fazendo com que estes não sejam esquecidos em sua identidade, sua história e características pessoais, configurando um atendimento humanizado. Visa também

promover uma prática singular, refletida no acolhimento e na compreensão, não somente da história de vida do paciente e de sua família, mas também de suas necessidades biopsicossociais. Esta inclusão exige da equipe de saúde tempo e dedicação, uma vez que, para que sejam estabelecidos vínculos, se faz necessária uma aproximação, uma relação entre profissional e paciente (LAZZARI; JACOBS; JUNG, 2012).

Finalmente, cabe aqui enfatizar que os profissionais de saúde precisam ser sensibilizados quanto a estas questões, de modo a qualificar a assistência prestada, referindo-se tanto à humanização quanto ao aperfeiçoamento do cuidado e necessidades de saúde que são próprios deste grupo. Uma alternativa é enfatizar nas reformas curriculares dos cursos de saúde que garantam capacitações específicas para discutir questões de gênero e saúde dos LGBTs e assim proporcionar melhora no atendimento e assistência prestada a estes indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Grayce Albuquerque; NEVES, Dailon de Araújo; PARENTE, Jeanderson Soares. Assistência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais Vítimas de Violência nos Serviços de Saúde. **Rev. Saúde & Transformação**, v. 7, n. 3, p. 36-48. Florianópolis, 2016. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/2653/265347623007.pdf>>. Acesso em: 02 de set. 2018.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Homossexualidade e o Direito à Saúde: Um Desafio Para as Políticas Públicas de Saúde no Brasil. **Rev. Saúde em Debate**, vol. 37, n° 98, p. 516-524. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042013000300015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 31 de out. 2018.

ALVES, Cassio Murilo Rodrigues; GONÇALVES, Maria Tereza Aparecida Moi. CONIC/SEMESP- 16° Congresso Nacional de Iniciação Científica. O Papel da Enfermagem no Rompimento dos Preconceitos LGBT nos Serviços de Saúde. Centro Universitário Anhanguera. 2016. Disponível em:<<http://conic-semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000022939.pdf>>. Acesso em: 19 de set. 2018.

ALVES, Gabriela Barreto. Transexualidade e Direitos Fundamentais: O Direito a Identidade de Gênero. **Ed. CDD 306.77**. Campina Grande- PB. 2013. Disponível em:<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5905/1/PDF%20-%20Gabriela%20Barreto%20Alves.pdf>>. Acesso em: 28 de set. 2018.

ARAN, Márcia. **Transexualidade e Políticas de Saúde Pública no Brasil**. Florianópolis. 2008. Disponível em:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Marcia_Aran_40.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2018.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo; LOPES, Moisés Alessandro de Souza. Políticas Públicas e Direitos LGBT no Brasil: Dez Anos Após o Brasil Sem Homofobia. **IV Seminário Enlaçando Sexualidades: Moralidades, Família e Fecundidade (Anais Eletrônicos)**. 2015. Disponível em:<<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralhenriquearagusuku-1.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

BARBOSA, Guilherme Correa et al. Política Nacional de Humanização e Formação dos Profissionais de Saúde: Revisão Integrativa. **Rev. Bras Enferm**. Vol. 66, n 01. Brasília, 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v66n1a19.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2018.

BBC Brasil. **Cientistas Dizem Ter Identificado Gene Ligado a Transsexualismo**. 2008. Disponível

em:<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081030_transsexual_gene_mv.shtml>. Acesso em: 25 de mar. 2018.

BENEDET, Angela Maria et al. 2º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul. **Psicologia e Transtorno de Identidade de Gênero**. Criciúma- SC, 2013. Disponível em:<<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/1244/788>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

BENTO, Berenice. Sexualidade e Experiências Trans: do Hospital à Alcova. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 2655-2664. 2012. Disponível:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/15.pdf>>. Acesso em 08 de mar. 2018.

BORGES, Carolina de Aguiar; SOUZA, Martha. **Saúde das Travestis: Um Desafio Para a Enfermagem**. 2012. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/30535048-Saude-das-travestis-um-desafio-para-a-enfermagem-2012-1.html>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

BRASIL, Senado Federal. Atividade Legislativa- Constituição da República Federativa do Brasil. Ementa constitucional nº 95. **Brasília: Centro Gráfico**. 2016. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 25 de abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dicas de Saúde- Acolhimento**. 2008. Disponível em:<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html>>. Acesso em: 04 de mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde- **Portaria nº 874**, de 16 de maio de 2013. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0874_16_05_2013.html>. Acesso em: 04 de mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na Saúde. **Ed. MS/CGDI**, Brasília- DF, 2015. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde- **Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017**. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html>. Acesso em: 04 de mar. 2018.

CAMELO, Silvia Helena Henriques; ANGERAMI, Emília Luigi Saporiti. Competência Profissional: a Construção de Conceitos, Estratégias Desenvolvidas Pelos Serviços de Saúde e Implicações para a Enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 2, 552-60. Florianópolis, 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/714/71427998034/>>. Acesso em: 31 de out. 2018.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta Pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, Brasil**, v. 28. 2015. Disponível em:<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2018.

CAVALCANTI, Adilma da Cunha et al. **Acolhimento nos Serviços de Saúde à População LGBT: Uma Revisão Integrativa**. Campina Grande, 2016. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV055_MD1_SA4_ID365_30052016231804.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2018.

CECÍLIO, Hellen Pollyana Mantelo; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Modelos de Revisão Integrativa: Discussão na Pesquisa em Enfermagem**. Vol. 02. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:<<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1272/1232>>. Acesso em: 22 de out. 2018.

CHAGAS, Emmily Negrão. **IDENTIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A Invisibilidade da População Trans no Brasil**. 2017. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/identidadedegeneroe politicaspublicasainvisibilidadedapopulacaotransnobrasil.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2018.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem, **Resolução 564/2017**. Disponível em:<http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html/print/>. Acesso em: 20 de set. 2018.

COSTA, Ariana de Sousa Carvalho; SANTANA, Lídia Chagas de; TRIGO, Antônio Carrera. **Qualidade do Atendimento Ao Cliente: Um Grande Diferencial Competitivo Para as Organizações**. 2015. Disponível em:<http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/10_QUALIDADE_ATEND_CLIENTE.pdf>. Acesso em: 28 de mar. 2018.

DEUS, Raquel Líquer de. Liderança em Enfermagem. 2013. Disponível em:<<http://www.ufjf.br/admenf/files/2013/05/Lideran%C3%A7a-em-enfermagem.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2018.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em Cena. **Rev. Temporalis**, n. 27, p. 77-98. Brasília-DF, 2014. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209/5837>>. Acesso em: 11 de out. 2018.

FAZZANO, Leandro Herkert; GALLO, Alex Eduardo. Uma Análise da Homofobia sob a Perspectiva da Análise do Comportamento. **Temas Psicol.** Vol. 23, n 03. Ribeirão Preto, 2015. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300002>. Acesso em: 31 de out. 2018.

FRANCO, Lucas Nascinto. **Políticas Públicas no Brasil Voltadas Para a População LGBT: Reflexos que o Movimento Enfrenta com Relação à Sociedade Civil.** 2017. Disponível em:<<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%ABlicasBrasil%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 08 de set. 2018.

FRAZÃO, Juliana Cunha. **Percepções dos Usuários e dos Profissionais da Saúde e Perspectivas de Atuação do Sanitarista na Atenção à Saúde da População Transexual.** Ceilândia, 2016. Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15077/1/2016_JulianaCunhaFrazao_tcc.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2018.

FERREIRA, Breno de Oliveira et al. Vivências de Travestis no Acesso ao SUS. **Physis: Rev. de Saúde Coletiva**, vol. 27, p. 1023-1038. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n4/1023-1038/pt/>>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

FERREIRA, Syndel Cássia Cruz. **O Processo Transexualizador no SUS e a Saúde Mental de Travestis e Transexuais.** Belém, 2018. Disponível em:<<file:///O-Processo-transexualizador-no-SUS-e-a-saude-mental-de-travestis-e-transexuais.pdf>>. Acesso em: 28 de set. 2018.

FIGUEIRA, Aline Belletti et al. Visão do Enfermeiro Frente à Prática da Educação em Saúde no Ambiente Hospitalar. **Rev. Cogitare Enferm.** vol. 18, n°. 2, 310-6. 2013. Disponível em:<<file:///C:/Users/LUCAS/Desktop/VISAO%20DO%20ENFERMEIRO%20FRENTE%20A%20PRATICA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20EM%20SAUDE.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2018.

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. **Rev. Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n4/v29n4a11.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. 2018.

GUARANHA, Camila. **Travestis e Transexuais: A Questão da Busca pelo Acesso à Saúde.** 2013. Disponível em:<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384173144_ARQUIVO_CamilaGuaranha.pdf>. Acesso em: 31 de out. 2018.

GUERRERO, Patrícia et al. O acolhimento Como boa Prática na Atenção Básica à Saúde. **Rev. Texto & Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/714/71425827006/>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

HOOPER, Tom et al. A Garota Dinamarquesa. **Universal filmes.** Estados Unidos (EUA), 2016. Disponível em:<<https://dragonmountbooks.wordpress.com/2016/03/21/resenha-filme-a-garota-dinamarquesa/>>. Acesso em: 06 de mai. 2018.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de Seus Conselheiros**. Brasília, 2012. Disponível

em:<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120911_relatorio_cnacd.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos: Guia Técnico Sobre Pessoas Transexuais, Travestis e Demais Transgêneros, Para Formadores de Opinião**. 2. ed. p. 42. Brasília, 2012. Disponível

em:<<http://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 25 de abr. 2018.

LAZZARI, Daniele Delacanal; JACOBS, Lilian Gabrielle; JUNG, Walnice. Humanização da Assistência na Enfermagem a Partir da Formação Acadêmica. **Rev. de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 1, p. 116-124. 2012.

Disponível em:<<file:///D:/Downloads/3705-22950-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07 de Nov. 2018.

MACHADO, Carolina Pimentel et al. A Percepção dos Graduandos de Enfermagem a Cerca do Cuidar a Clientes Transexuais. **Rev. pesq.: cuid. Fundam**. Vol. 4 (2): 2349-56. 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/5057/505750893022/>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

MATOSO, Leandro Magela Lopes. **O Papel da Enfermagem Diante da Homossexualidade Masculina**. Vol. 40 n- 2, pag. 27-34. Natal- RN, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/9267/pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por Onde Andam as Políticas Públicas Para a População LGBT no Brasil. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312. 2012. Disponível em:<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Por+onde+andam+as+Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+para+a+Popula%C3%A7%C3%A3o+LGBT+no+Brasil&btnG=>>. Acesso em: 28 de mar. 2018.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. XI Simpósio de Excelência em Gestão em Tecnologia. **O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica**. 2014. Disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>>. Acesso em: 02 de abr. 2018.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas. **Editores Sulina. Porto Alegre**, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2015000100269>. Acesso em: 02 de set. 2018.

NESP- Núcleo de Estudos em Saúde Pública. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasília- DF, 2018. Disponível em:<<http://www.nesp.unb.br/index.php/noticias/387-mapa-dos-assassinatos-de-travestis-e-transexuais-no-brasil-em-2017-e-lancado-em-brasilia>>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

NIETSCHKE, Elisabeta Albertina et al. Formação do Enfermeiro Para o Cuidado à População Homossexual e Bissexual: Percepção do Discente. **Rev. Baiana Enferm**, vol. 32, e25174. 2018. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/25174/16483>>. Acesso em: 06 de nov. 2018.

NOGUEIRA, Renzo Magno. A Evolução da Sociedade Patriarcal e sua Influência Sobre a Identidade Feminina e a Violência de Gênero. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, ano 23, n. 5377. Teresina, 2016. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/48718/a-evolucao-da-sociedade-patriarcal-e-sua-influencia-sobre-a-identidade-feminina-e-a-violencia-de-genero/2>>. Acesso em: 19 de set. 2018.

OLIVEIRA, Dayana Pequeno de et al. **A Percepção dos Profissionais de Saúde Acerca das Dificuldades dos Transgêneros em Processo de Transexualização**. 2017. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD4_SA13_ID149_13022017122355.pdf>. Acesso em: 27 de mar. 2018

OLIVEIRA, Jeane Silva et al. Acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família. **Rev. Rene**, vol. 19: e3295. 2018. Disponível em:<<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/33109/pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

PETRY, Analidia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Transexualidade e Heteronormatividade: Algumas Questões Para a Pesquisa**. vol. 10, n. 1, p. 193 – 198. Porto Alegre, 2011. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em: 02 de set. 2018.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência. **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Construindo Novas Relações de Gênero: a Presença Feminina nos Territórios do Saber. Florianópolis**, 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZACAO- PNH. Brasília: 1º ed. 2013. Disponível em:<http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/politica_nacional_humanizaca_o_pnh_folheto.pdf>. Acesso em: 01 de abr. 2018.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o Acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): Avanços e Desafios**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1509.pdf>>. Acesso em: 03 de abr. 2018.

PORCINO, Carlos A.; NETO, Luiz Lopes Guimarães; RODRIGUES, Ana Maria Matos. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. **A Travesti e o Profissional de Enfermagem: Humanização Como Contribuição Para Diminuir o Preconceito e Promover o Respeito à Expressão e Identidade de gênero**. Salvador-BA, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/A-travesti-e-o-profissional-de-enfermagem-humaniza.pdf>>. Acesso em: 04 de mar. 2018.

QUERINO, Mirlene dos Santos et al. Ações da Equipe de Enfermagem na Implementação da Política de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-Revisão de Literatura. **Rev. Cient. Sena Aires**. Vol. 6 (1), p. 46:58. 2016. Disponível em: <<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/277/177>>. Acesso em: 26 de set. 2018.

REIS, Brenda Paula Silva. **Direito à Saúde da População Transexual: Uma Análise Através de Processos Judiciais Brasileiros**. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14035/1/2016_BrendaPaulaSilvaReis.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2018.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Assistente social, para quê e para quem? Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em :<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19714/1/JessykaKalineAugustoRibeiro_DISSERT.pdf>. Acesso em: 13 de Nov. 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, p. 2517-2526. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232016000802517&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 22 de out. 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. **O que Esperam Pessoas Trans do Sistema Único de Saúde?**. Vol. 22, nº 64, p.43-53. Botucatu, 2018. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/icse/2018.v22n64/43-53/pt>>. Acesso em: 22 de out. 2018.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A Transexualidade na Atualidade: Discurso Científico, Político e Histórias de Vida**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15770/1/A%20TRANSEXUALIDADE%20NA%20ATUALIDADE.pdf>>. Acesso em: 09 de mar. 2018.

SANTOS, Adelayny Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri; HAMANN, Edgar Mercham. Processo de Formação das Representações Sociais Sobre Transexualidade dos Profissionais de Saúde: Possíveis Caminhos para Superação do Preconceito. **Ciênc. Saúde coletiva**, vol. 19, nº 11 p. 4545-4554. Brasília- DF, 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232014001104545&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 de abr. 2018.

SANTOS, Adilson Ribeiro dos et al. Implicações Bioéticas no Atendimento de Saúde ao Público LGBTT. **Rev. Bioét.** Bahia, 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n2/1983-8034-bioet-23-2-0400.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

SANTOS, Elder Serqueira et al. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. **Rev. Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 2. 2010. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/284/28420641004/>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

SANTOS, Paloma Rocha. **Transexualidade e o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): Nova Demanda Para o Serviço Social**. São Cristóvão-SE, 2016. Disponível em:<https://www.monografias.ufs.br/bitstream/riufs/8883/2/Paloma_Rocha_Santos.pdf>. Acesso em: 31 de out. 2018.

SÃO PAULO. Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT**. São Paulo, 2014. Disponível em:<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Cartilha_Diversidade.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2018.

SCHMIDT, Érika Barbosa. **Transexuais e a Alteração do Nome e do Sexo no Registro Civil**. Curitiba, 2014. Disponível em:<<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2014/08/TRANSEXUAIS-E-A-ALTERACAO-DO-NOME-E-DO-SEXO-NOREGISTRO-CIVIL.pdf>>. Acesso em: 01 de mai. 2018.

SILVA, Charles Jefferson Cavalcanti da et al. **A Transexualidade no Contexto da Enfermagem: Uma Revisão Integrativa**. 2017. Disponível em:<https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV_072_MD4_SA34_ID433_16062017173730.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2018.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os Impactos das Identidades Transgênero na Sociedade de Travestis e mulheres transexuais. **Rev. Ter Ocup Univ**. São Paulo, 2015. Disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. 2018.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. **Políticas Públicas Para População LGBT no Brasil: Do Estado de Coisas ao Problema Político**. 2015. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas->

para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf/>.
Acesso em: 07 de mai. 2018.

SOUZA, Mariana Barbosa de; VIEIRA, Otavio J. Zini. Transexualidade- A Quebra de Paradigmas à Luz do Biodireito. **Rev. Fac Direito UFMG**, n. 68. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-UFMG_68.20.pdf>. Acesso em: 07 de mai. 2018.

TAVEIRA, Cibele LIMA; et al. XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade. **Políticas Públicas Do Lgbt: Inserção No Contexto Social**. 2016. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD4_SA7_ID800_24052016160417.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2018.

VELOSO, Patrícia Fernandes; SOARES, Laila Monique Santos; JESUS, Geicielly Gomes Trindade de. **Mudança do Nome e Retificação do Gênero no Registro Civil sem Cirurgia de Redesignação Sexual**. Montes Claros, 2018. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20553>. Acesso em: 01 nov. 2018.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Érika. **Projeto de Lei, Lei João W Nery: Identidade de Gênero**. Art. 58, Lei 6.015. Brasília, 2013. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446>. Acesso em: 03 de abr. 2018.